

34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

Número do ST: 37 Violência, criminalidade e justiça criminal no Brasil

Título do Trabalho: O “sobe e desce” das taxas de homicídios na Região Metropolitana de Belo Horizonte: armas de fogo, drogas e políticas de segurança pública

Autor: Marco Antônio Couto Marinho

Co-autor: Luciana Teixeira Andrade

O “sobe e desce” das taxas de homicídios na Região Metropolitana de Belo Horizonte: armas de fogo, drogas e políticas de segurança pública

Marco Antônio Couto Marinho¹

Luciana Teixeira Andrade²

O presente artigo propõe uma análise sobre as variações verificadas na taxa de homicídio por 100 mil habitantes produzida a partir dos óbitos decorrente de agressões registrados pelo Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde - SIM/MS e estimativas populacionais do IBGE para a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH no período de 1998 até 2007. Ressalta-se que, tal período representa a série temporal decenal mais recente dos dados de óbitos disponíveis através do SIM/MS. Para tanto, as flutuações observadas na taxa são contrastadas a variáveis relacionadas à segurança pública, consideradas mais relevantes para a compreensão do homicídio, e, além disso, o artigo pretende explorar as relações dos homicídios com a dinâmica metropolitana da RMBH abordada por Andrade e Marinho (2010) e Diniz e Andrade (2008).

Antes de adentrarmos na questão central deste artigo faz-se relevante algumas considerações metodológicas. A primeira se refere à escolha da fonte de dados utilizada na produção das taxas. De acordo com Peres (2004, p.25), no Brasil, devido à baixa confiabilidade, a ausência de padronização e à dificuldade de acesso aos dados produzidos pelas polícias estaduais, o SIM/MS representa a fonte de dados oficial com consistência e grau de padronização suficiente para a comparabilidade entre as UF's, RM's e municípios nacionais. De acordo com Peres (2004, p.25) e Castro, Assunção e Durante (2003) a partir de 1997 os dados de homicídios do SIM/MS, categorizado pela CID - 10³, estão mais consistentes, entretanto não estão livres de problemas como vieses ou sub- notificações. Em função disso, Peres (2004, p.25) ressalta a importância das pesquisas de vitimização como instrumento útil para dimensionar a sub-notificação, nos dados do SIM/MS ou para os produzidos através de ocorrências ou inquéritos policiais, e também outros aspectos relativos à segurança pública.

¹ Geógrafo, Especialista em Segurança Pública, mestrando em Ciências Sociais/PUC Minas. Pesquisador do Observatório das Metrópoles INCT/CNPq. Email: < coutomarinho@gmail.com >.

² Doutora em Sociologia/IUPERJ, prof. do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e pesquisadora do Observatório das Metrópoles/INCT/CNPq. Email: < landrade@pucminas.br >.

³ 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças.

Outra consideração de caráter metodológico se refere ao reconhecimento da natureza multi-causal do crime de homicídio, o que impossibilita evidenciar com precisão o peso particular de um fator ou mesmo de um conjunto de fatores sobre a variação e incidência social do homicídio. Dessa forma, se corrobora com Goertzel e Kahn (2009, p. 407)⁴ e Zimring (2007) quanto aos limites dos dados produzidos pelos países, no sentido de evidenciar fatores causais determinantes do homicídio num determinado tempo-espaço social. Contudo, os dados podem ser úteis para a construção de um entendimento mínimo possível necessário para traçar um caminho ou uma possibilidade de, ao menos, levantar hipóteses mais precisas sobre os fatores que mais impactam a incidência de homicídio, utilizando-os como explicativos para as variações e tendências observáveis nas taxas.

Na literatura especializada há diversas abordagens explicativas e esforços para compreensão das altas taxas de homicídios registradas no Brasil e em suas grandes cidades e regiões administrativas. Goertzel e Kahn (2007, p.407), por exemplo, explica as flutuações e principalmente a queda da taxa de homicídios em São Paulo (estado e capital) a partir de *medidas eficazes*, que segundo o autor “[...] podem ser tomadas para reduzir a criminalidade letal, sem esperar a resolução dos problemas socioeconômicos subjacentes.” (2007, p.407). Essas tais *medidas eficazes* explicativas da queda da taxa em São Paulo por Goertzel e Kahn (2007) têm forte relação com as políticas de segurança repressivas como o êxito das ações policiais para o cumprimento da legislação de controle de armas de fogo e de ampliação das vagas e população prisional no estado de São Paulo. Em Belo Horizonte Saporì (2010), por exemplo, defende a influência do *crack* como principal fator causal e explicativo tanto para a alta como para a queda da taxa global de homicídios verificada nos últimos 15 anos para essa cidade. Segundo Saporì (2010) a chegada do *crack* desestabilizou as atividades relacionadas ao tráfico gerando mais conflitos e mortes, e, posteriormente, ao longo dos anos, com sua estabilização e aumento do controle por parte das ações policiais diminuíram-se as mortes. (BEATO, 2008; BEATO ET AL, 2001).

Sobre o sobe e desce das taxas, verificado para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, diversos dos fatores citados e abordados pela literatura especializada são úteis para essa análise específica da década considerada, de 1998 até 2007, como: o aumento

⁴ As citações literais de Goertzel e Kahn (2007) constituem em traduções realizadas pelos próprios autores desse artigo.

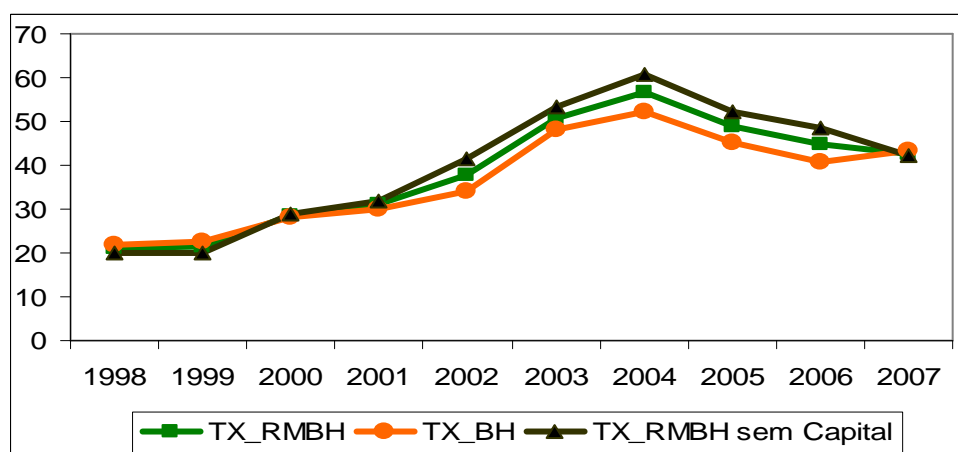
do uso de armas de fogo no desfecho de conflitos interpessoais; a influência possível do *crack* sobre a violência; as políticas públicas preventivas como o “Programa Fica Vivo”, bem como as políticas de cunho repressivo como a ampliação do sistema penitenciário estadual e a re-organização institucional e operacional das polícias; e, além de tudo, uma análise exploratória do modo como a metropolização reflete sobre a distribuição espacial do homicídio. (BEATO, 2008; SILVEIRA, et al 2010; DINIZ e ANDRADE, 2008).

A análise das taxas na RMBH leva em conta um recorte temporal entre três períodos considerados principais. O primeiro período inicia-se no ano de 1998 e encerra-se em 2004, e é caracterizado pelo “sobe geral”, ou seja, pela elevação contínua das taxas de homicídio na RMBH, Belo Horizonte e no conjunto dos demais municípios metropolitanos (que corresponde à taxa produzida para a RMBH sem a capital mineira). O segundo período refere-se aos anos de 2004 até 2006, no qual se observa uma queda geral da taxa, não tão expressiva quanto o crescimento observado antes de 2004, e uma estabilização em patamares considerados altos (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2010). E o terceiro, apesar de mais breve, de 2006 a 2007, é relevante, pois mostra um novo crescimento da taxa para a cidade de Belo Horizonte, gerando dúvidas sobre os fatores que influenciariam a tendência de queda ou de estabilização das taxas.

Através do Gráfico 1 pode-se observar os três períodos mencionados.

Gráfico 1.

Taxas de Homicídio para RMBH, Belo Horizonte e RMBH s/ capital- 1998 a 2007.



Fontes: SIM/MS, 2010. Elaboração: Observatório das Metrôpoles/ INCT-CNPq.

Entre 1998 até 2004, tanto a taxa representativa da RMBH, como as outras duas, de Belo Horizonte e da RMBH sem a capital respectivamente, apresentam um

crescimento vertiginoso dos homicídios nessas áreas. Em 1998, Belo Horizonte apresentou taxas mais elevadas que o conjunto metropolitano, situação que permaneceu até o ano 2000. A partir de 2001, os homicídios registrados para o conjunto regional metropolitano com e sem os dados da capital produziram taxas mais elevadas que a capital. Em tal período, de 1998 até 2004, houve na taxa da RMBH um aumento de 168,7%, na taxa de Belo Horizonte o crescimento foi de 137,7% e na taxa da RMBH sem a capital chegou a 203,0%. Esses dados mostram uma participação maior dos municípios metropolitanos em relação à capital. Sabe-se que a análise global da incidência dos homicídios na RMBH não revela as diferenças internas entre os municípios metropolitanos, mas mostra uma tendência de desconcentração da criminalidade letal que, até então, concentrava-se na capital do estado ou município pólo. Essa metropolização do homicídio, segundo Andrade e Marinho (2010), tem relação com o modo como o município pólo se expande, como ocorre com Belo Horizonte, alterando a dinâmica e inflacionando problemas sociais dos municípios limítrofes para muito além da capacidade municipal. Essa dimensão metropolitana do homicídio será tratada mais detalhadamente no decorrer do texto.

O período de 2004 a 2006 é marcado por uma diminuição da taxa de homicídios, mas as taxas ainda permanecem em patamares muito altos. Segundo os dados do Mapa da Violência 2010, em 2007 a taxa de homicídios de Belo Horizonte era a sexta em relação a todas as outras capitais brasileiras, sendo superada apenas por Maceió, Recife, Vitória, João Pessoa e Porto Velho. Já em relação às taxas de crescimento no período de 1997 a 2007, apenas Maceió apresentou uma taxa superior a de Belo Horizonte. Ou seja, a queda não deve obscurecer a gravidade da situação.

Outro fato que deve ser considerado é o crescimento das taxas de homicídios em Belo Horizonte no último ano da série, 2007. Esse crescimento rompe com a tendência, observada desde 2000, das taxas da RMBH superarem as do município pólo, o que sustentou a hipótese da “migração” dos crimes provocada pelas políticas de segurança muito centradas na capital. O crescimento em 2007 coloca um problema novo, que no momento pode indicar apenas cautela nas interpretações. O fato de se tratar de um ano apenas da série não é suficiente para indicar uma tendência, mas coloca uma incerteza em relação à efetividade das políticas e à dinâmica diferenciada do município pólo. Ou seja, há mais instabilidade do que os anos anteriores vinham indicando.

A influência do tráfico e consumo de drogas ilícitas

O tráfico de drogas pode ser um fator de incremento das taxas dos homicídios ocorridos, na década considerada, em Belo Horizonte e em seu conjunto metropolitano. Entre 1995 e 1998, segundo Beato et al (2001, p. 1163) do conjunto de regiões (240 bairros e 85 favelas) existentes em Belo Horizonte neste período, 10 áreas concentravam mais risco de homicídios, por serem “[...] assoladas pelo tráfico e violência associada ao comércio de drogas.”. Além disso, Beato et al (2001) mostra que, segundo as informações da Delegacia de Homicídios, do total de 433 homicídios ocorridos até 23 de dezembro de 1998, 55,0% tiveram relação com a violência associada ao tráfico de drogas.

As constatações levantadas a partir das informações policiais produzem uma expectativa muito elevada da participação do tráfico na violência letal e alimenta um imaginário popular, através da mídia, sobre constantes guerras de traficantes por territórios e bocas (BEATO Et Al, 2001). Outra expectativa se refere à possível influência do *crack* na produção dessa violência como se, após a chegada dessa droga, as relações sociais envolvendo o tráfico tivessem ficado ainda mais truculentas ou fora do controle. Goertzel e Kahn (2007, p.407), por exemplo, não descarta essa hipótese da influência do *crack* sobre a violência letal com o argumento de que “[...] pode ser que a explosão de homicídios chegou mais tarde no Brasil, do que nos Estados Unidos, por causa da epidemia de *crack* que veio mais tarde”. Essa hipótese de Goertzel e Kahn (2007) é endossada por Saporì (2010) que defende como causa para o crescimento dos óbitos por homicídio em Belo Horizonte à intensificação dos conflitos derivados do tráfico de drogas a partir da chegada do *crack* (SAPORI, 2010, p.4).

Por outro lado, é necessário cautela em relação a essa constatação do tráfico de drogas como fator dominante sobre as variações das taxas homicídios, pois, há vieses e limitações metodológicas no modo como os dados policiais são produzidos (GOERTZEL e KAHN, 2007). Marinho (2009), por exemplo, mostra no Aglomerado da Serra⁵ em Belo Horizonte a existência de rixas e conflitos independentes das relações de venda e consumo de drogas, entretanto, a violência nesses contextos pode ser potencializada pelas armas financiadas pelo tráfico de drogas como Beato et al (2001) apontam. Assim, num

⁵ Nome que se dá na cidade a um conjunto de favela, algo semelhante as comunidades do Rio de Janeiro.

contexto como o da Serra, ocorrem também homicídios não oriundos de conflitos relacionados ao tráfico ou consumo de drogas, mas envolvendo pessoas relacionadas com ele. Com isso, os motivos passionais ou como rixas históricas entre moradores de vilas distintas de um mesmo aglomerado de favelas podem ser facilmente desconsiderados numa ocorrência de homicídio cujo autor possua algum envolvimento com drogas ilícitas, podendo ser registrado pela polícia como morte relacionada ao tráfico. Nesse sentido, Goertzel e Kahn (2007, p.407) mostra outro caso de fragilidade da análise que tem como fonte o dado policial, pois o aumento de apreensões de cocaína e *crack*, verificado em São Paulo nos últimos cinco anos não permite concluir se isso ocorreu em função de um policiamento mais eficaz ou devido o aumento nas quantidades vendidas.

O que se pretendeu enfatizar é que não é fácil determinar essas relações causais, em função mesmo da natureza dos dados disponíveis. Como alternativa, as pesquisas de vitimização podem suprir uma parte da carência dos dados policiais. As limitações não tornam irrelevantes os esforços para a compreensão dos problemas relacionados ao tráfico e ao consumo de drogas. Entretanto, até o momento pode-se inferir que o tráfico de drogas patrocina, como outras atividades ilícitas, o mercado ilegal de armas aumentando o risco de violências e homicídio. Essa demanda por armas de fogo se deve também ao caráter ilegal da venda de drogas ilícitas que impede que os conflitos decorrentes desse comércio possam ser mediados pela justiça legal, assim a violência passa a ser o meio pelo qual muitos dos problemas são tratados nessas relações.

Enfim, devido às considerações colocadas sobre complexidade e a dificuldade em obtenção de informações consistentes para precisar a relação entre o tráfico de drogas e violência letal na RMBH e Belo Horizonte, exploramos outras possibilidades explicativas.

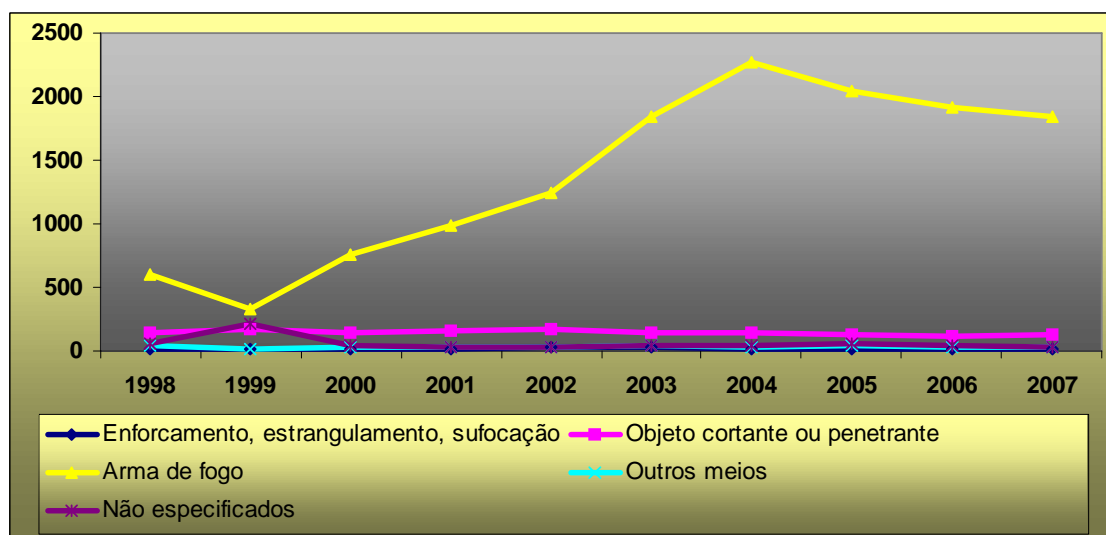
As armas de fogo

Quanto às armas de fogo, a literatura mostra que a presença em si dessas armas não produz altas taxas de letalidade (BEATO e MARINHO, 2007). Diversos casos confirmam essa tese, como Galvão (2007, p. 13) mostra, por exemplo, que em 1996 na Argentina havia armas de fogo em 29,5% dos domicílios e na África do Sul em 12,4%, por outro lado, as taxas de homicídios por 100 mil habitantes argentinas eram 17 vezes menores que às sul africanas com 3,8 e 64,4 respectivamente. Entretanto, no caso

brasileiro, devido às suas diversas idiossincrasias, a presença de armas de fogo interfere diretamente sobre a violência ao aumentar o grau de letalidade dos conflitos interpessoais. Segundo Phebo, (2005, p.15), o Brasil, em 2002, foi o país com maior número de mortes por arma de fogo no mundo, 38.088 (trinta e oito mil e oitenta e oito). Na Região Metropolitana de Belo Horizonte esse dado pode ser observado através do número crescente de mortes provocadas pelo uso de armas de fogo como mostra o Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2.

Homicídios segundo o meio utilizado (nº absolutos) RMBH/ 1998 a 2007.



Fontes: SIM/MS, 2010. Elaboração: Observatório das Metrôpoles/ INCT-CNPq.

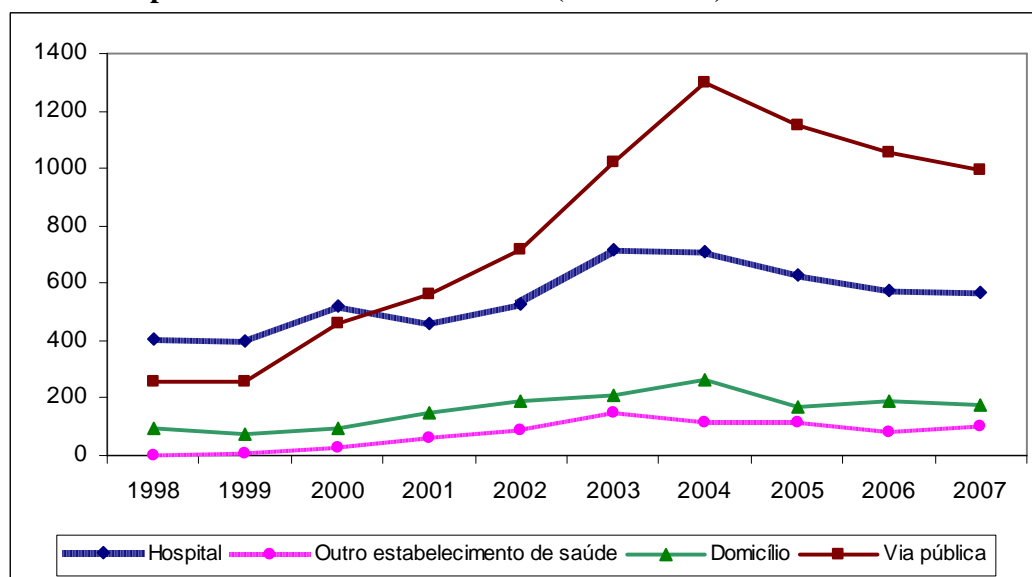
O crescimento do número de mortes provocadas por armas de fogo na RMBH produz alterações profundas sobre outros aspectos sociais envolvidos nesse processo. Um exemplo é o da redução da probabilidade da vítima ser assistida pelo serviço médico ou hospitalar, pois a maior parte falece antes mesmo de tal atendimento ocorrer. Assim, cresce também o número de óbitos ocorridos em locais como vias públicas, em virtude da letalidade das armas. Esse fato pode contribuir para difusão da sensação de insegurança e medo, ao tornar mais visível ou mais público as mortes decorridas de agressão com uso de arma de fogo.

Na RMBH, pode-se ver pelo gráfico seguinte que, até 2000, a maioria das mortes das vítimas de agressões ocorreu em hospitais e, a partir de 2001 os óbitos decorrentes de violências passam a acontecer predominantemente em vias públicas. Ainda que a

motivação do crime não possa ser conhecida por esses dados, a alta incidência de morte em via pública, em contraste com a baixa incidência (relativa) das mortes nos domicílios pode ser um indicador de um tipo de conflito de natureza mais pública e que extrapolaria, portanto, a esfera privada e doméstica.

Gráfico 3.

Homicídios por local de ocorrência do óbito (nº absolutos) RMBH/ 1998 a 2007.



Fontes: SIM/MS, 2010. Elaboração: Observatório das Metrópoles/ INCT-CNPq.

A população jovem

Vários estudos mostram que as mortes por homicídios têm como vítimas preferenciais os jovens.⁶ Parte dessa relação é facilmente demonstrável por meio dos dados: os jovens, menos afeitos às doenças, tendem a morrer mais por causas outras, como as chamadas causas externas, entre elas o homicídio. A segunda parte dessa relação, que não pode ser objeto do mesmo tipo de demonstração e de quantificação, diz respeito a um comportamento de risco, inerente ao próprio processo de constituição dessa fase da vida a que chamamos de juventude. Se a entendermos como uma etapa entre a adolescência – ainda muito ligada às instituições familiares e escolares – e a idade adulta

⁶ A literatura sobre o tema é bastante vasta. O livro *Não matarás: desenvolvimento, desigualdades e homicídios*, de Gláucio Ary Dillon Soares apresenta uma ótima revisão da literatura. Sobre jovens e gênero afirma: “No concernente à associação entre gênero masculino e homicídio e entre juventude e homicídio, ela é confirmada em todas as sociedades e épocas para as quais há dados minimamente confiáveis” (2008, p. 22)

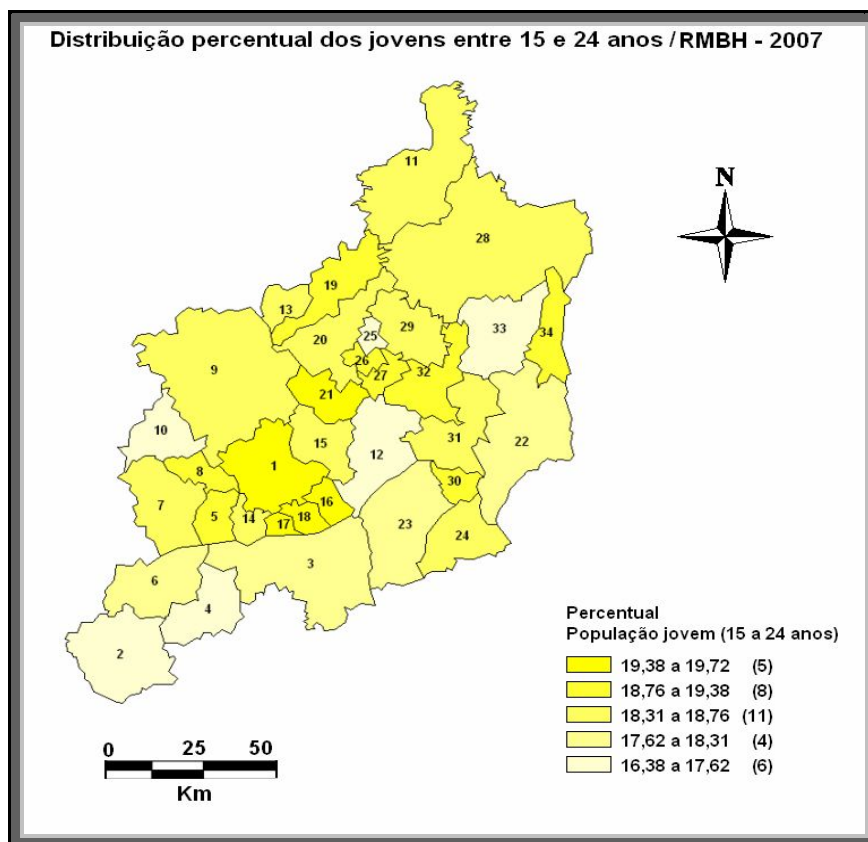
– a da conquista da autonomia via trabalho e/ou constituição de família própria – a transição é uma de suas principais características. Por isso mesmo, a juventude seria uma fase da vida em que o vazio deixado pelo desligamento de algumas instituições ainda não foi totalmente preenchido por novos elos institucionais. Em termos durkheimianos diríamos que os jovens têm laços frágeis com a sociedade, e, por isso mesmo, estariam mais sujeitos aos comportamentos de risco.⁷

Entretanto, apesar da vitimização juvenil inflacionar as taxas globais, a presença de jovens *per se* não determina as altas taxas de homicídio. A distribuição percentual de jovens com idade entre 15 e 24 anos na RMBH em 2007, por exemplo, variou pouco entre os municípios metropolitanos, por outro lado as taxas de homicídios são bastante diferentes entre os municípios como se pode ver pela comparação entre os mapas 1⁸ e 2 seguintes.

⁷ Em função dos limites deste artigo não será possível avançar mais na discussão da juventude. No entanto duas observações em relação ao que foi dito acima devem ser feitas. Primeiro, é importante registrar que apesar de se caracterizar como uma fase de transição, a juventude é uma fase plena da vida e uma das mais importantes na constituição da identidade individual e social. Segundo, que os comportamentos de risco não devem ser vistos apenas como algo negativo ou até mesmo desviante, mas como parte da constituição dos sujeitos e de suas relações com as instituições. Sobre este último aspecto ver Guatarri (1985).

⁸ 1- Betim; 2- Itaguara; 3- Brumadinho; 4- Rio Manso; 5- Igarapé; 6- Itatiaiuçu; 7- Mateus Leme; 8- Juatuba; 9- Esmeraldas; 10- Florestal; 11- Baldim; 12- Belo Horizonte; 13- Capim Branco; 14- São Joaquim de Bicas; 15- Contagem; 16- Ibirité; 17- Mário Campos; 18- Sarzedo; 19- Matozinhos; 20- Pedro Leopoldo; 21- Ribeirão das Neves; 22- Caeté.; 23- Nova Lima; 24- Rio Acima; 25- Confins; 26- São José da Lapa; 27- Vespasiano; 28- Jaboticatubas; 29- Lagoa Santa; 30- Raposos; 31- Sabará; 32- Santa Luzia; 33- Taquaraçu de Minas; 34- Nova União.

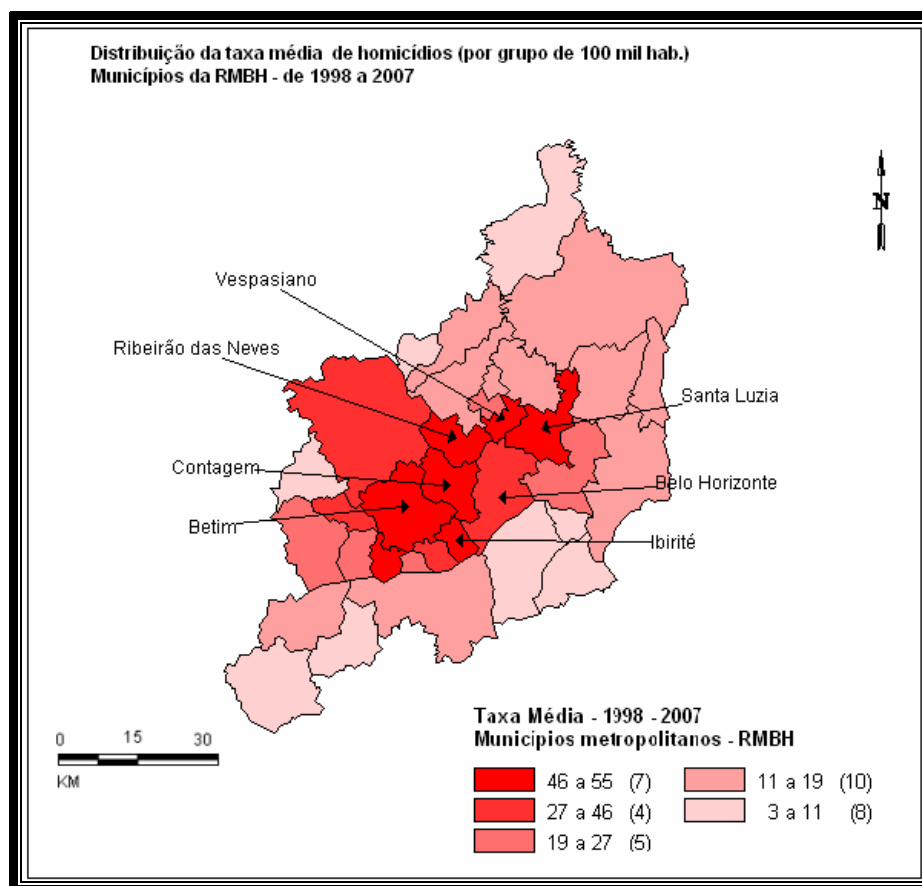
Mapa 1



Fontes: SIM/MS, 2010. Elaboração: Observatório das Metrôpoles/ INCT-CNPq.

O perfil demográfico referente à população jovem com idade entre 15 a 24 anos, em 2008, dos municípios metropolitanos visto por meio do Mapa 1, apresenta uma distribuição proporcional relativamente homogênea desse grupo etário em relação à população total residente, variando entre 16,38% e 19,72%. Dentre os municípios com maior concentração proporcional de jovens nessa faixa etária estavam Mario Campos (19,7%), Betim (19,6%), Sarzedo (19,6%), Ibitité (19,4%), e Ribeirão das Neves (19,4%) (IBGE, 2010). Através do mapa seguinte se evidencia que, enquanto as taxas de homicídios variam muito entre os municípios, a proporção demográfica de jovens residentes em cada município varia pouco.

Mapa 2

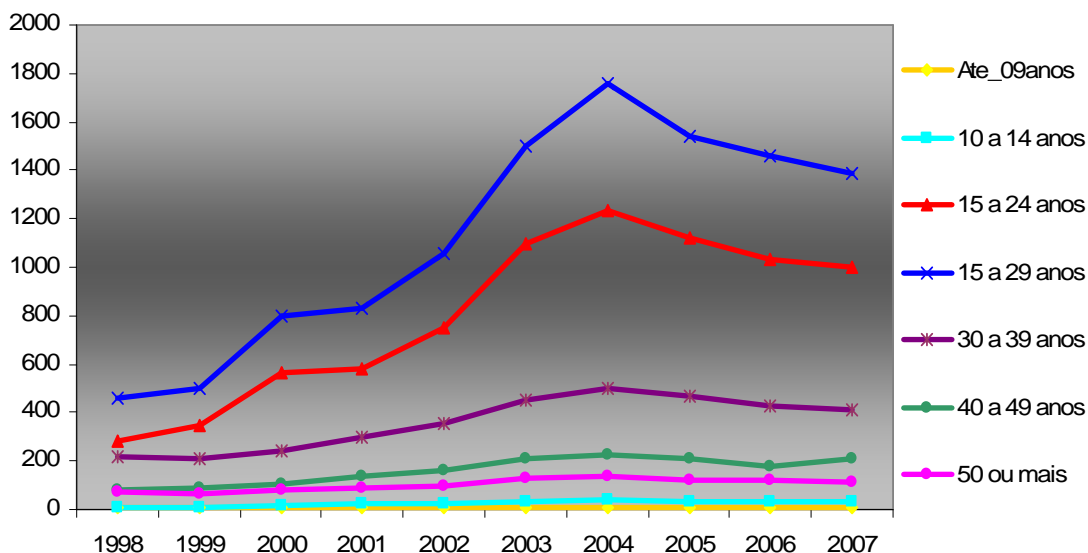


Fontes: SIM/MS, 2010. Elaboração: Observatório das Metrôpoles/ INCT-CNPq

Há um consenso, sobre uma tendência de juvenescimento no perfil das vítimas de homicídio, ou seja, nas últimas décadas a concentração etária dos homicídios tem abrangido faixas menores, como se migrasse da faixa com idade superior a 25 anos para a faixa de 15 a 24 anos (FREIRE e SILVA, 2010; ANDRADE e MARINHO, 2010; SAPORI, 2010). Na RMBH a flutuação das taxas entre as faixas etárias corrobora com essa tendência de juvenescimento. O crescimento das taxas juvenis, observado através dos óbitos registrados pelo SIM/MS confirma aumento da vitimização juvenil à medida que, demograficamente, na década considerada, de 1998 a 2007, houve uma pequena ou inexpressiva variação proporcional desse grupo etário em relação à população total residente. Ou seja, o crescimento da taxa entre jovens não se deu por crescimento demográfico desse grupo na pirâmide etária da RMBH, como mostra o Gráfico 5 após o seguinte, em que as linhas relativas a proporção de jovens na população total residente nos últimos praticamente não sofreu alterações.

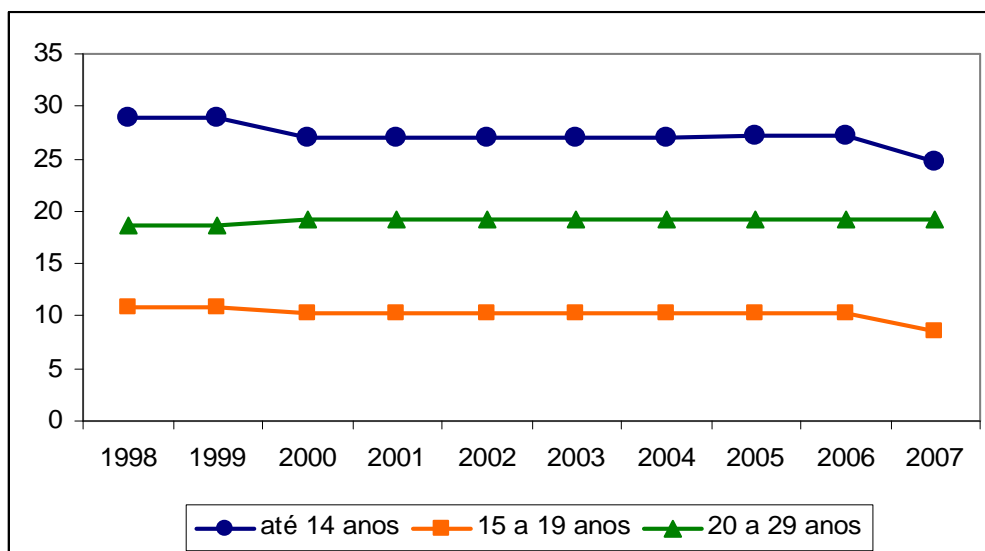
No Gráfico 4, pode-se observar isso através da comparação por faixas etárias da evolução dos homicídios.

Gráfico 4
Homicídios por faixas etárias (nº absolutos) RMBH/ 1998 a 2007.



Fontes: SIM/MS, 2010. Elaboração: Observatório das Metrôpoles/ INCT-CNPq.

Gráfico 5
Percentual demográfico de crianças e jovens em relação à população total RMBH/ 1998 a 2007.



Fontes: SIM/MS, 2010. Elaboração: Observatório das Metrôpoles/ INCT-CNPq.

Apesar de, no caso da RMBH, a última década não apresentar grandes variações quantitativas no contingente demográfico juvenil, no Brasil, por exemplo, cuja proporção de jovens na população total vem diminuindo, pode vir a registrar, nos próximos anos, uma queda nos homicídios em função desse fator demográfico. No entanto, para neutralizar esse fator é que são calculadas as taxas de homicídios pela população de jovens. E, mesmo entre essas, as diferenças permanecem muito significativas. Isso aponta para a importância de fatores contextuais que precisariam ser contemplados para compreensão das taxas juvenis.⁹

Beato, Peixoto e Andrade (2004); Soares e Pimentel (2006) e Nascimento (2004), por exemplo, mostram que o aumento da participação juvenil em atividades criminosas contribui para a elevação do número de homicídios entre jovens com idade entre 15 e 24 anos residentes nas áreas urbanas com maiores índices de vulnerabilidade social como, por exemplo, favelas e periferias urbanas¹⁰. Não será aprofundada a análise sobre a participação juvenil no cometimento de crimes em geral, mas ela é importante para auxiliar na compreensão do problema complexo tratado neste artigo, demonstrando também como a condição juvenil encontra-se, atualmente, vulnerável à dimensão da violência urbana.

Programa FICA VIVO

Em 2002 foi criado na cidade de Belo Horizonte, através do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (Crisp/UFMG), o “Programa Controle de Homicídios”, posteriormente denominado “Fica Vivo”¹¹. Tal empreendimento consistiu, inicialmente, num projeto piloto implantado no Aglomerado Morro das Pedras, uma das áreas com maior concentração de homicídios na cidade. O Programa articula ações entre a comunidade local e também entre estes últimos e polícia, e tem como público alvo moradores desses locais e com idade entre 12 a 24 anos.

⁹ Para uma abordagem das possíveis relações entre homicídios e desigualdades sociais, entre elas e as espaciais, ver Cano e Santos (2001).

¹⁰ Ressalta-se que os autores citados não corroboram com ideias determinísticas que relacionam de forma causal pobreza e violência, apesar de reconhecerem maior concentração de homicídios em áreas de maiores índices de vulnerabilidade social.

¹¹ Maiores informações e detalhes sobre o “Fica Vivo” ver: Silveira et. al (2010): do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte.

A relevância desse Programa sobre a dinâmica criminal do homicídio se deu pela constatação da redução de 47,0% dos homicídios verificada 6 meses após sua implantação no Morro das Pedras. Em função desse resultado e de seu baixo custo comparado às ações repressivas, o Programa foi institucionalizado como política pública preventiva pelo governo estadual de Minas Gerais. Com isso, a partir de 2003 o Programa se expandiu e foi implantado noutras áreas da capital com concentração de homicídios (favelas Pedreira Prado Lopes, Alto Vera Cruz, Cabana e Ribeiro de Abreu em dezembro de 2004, março de 2005, abril de 2005 e junho de 2005, respectivamente) e, posteriormente em áreas com problema semelhantes localizadas em outros municípios metropolitanos como em Betim, por exemplo, no aglomerado Jardim Teresópolis (SILVEIRA, et al, 2010).

Silveira et. al (2010) realizam uma avaliação sobre o “Fica Vivo” desde sua implantação inicial em 2002 até 2006 através de comparações entre taxas médias em favelas e áreas nas quais foi implantado e outras áreas violentas sem implantação do Programa. Como resultado dessa comparação Silveira (et. al, p.501, 2010) reconhecem que, nas áreas com “Fica Vivo” houve uma tendência de queda dos homicídios, embora não uniforme, enquanto nas outras áreas sem o Programa não havia tendência de redução do crime letal. Enfim, apesar de não apresentarmos aqui tentativa estatística para mensurar o impacto do “Fica Vivo” sobre a taxa global de homicídios, o fato de tratar-se de um programa preventivo focalizado no público jovem de áreas concentradoras de casos de homicídios e o sucesso de seus resultados fazem com que o Programa deve ser considerado nessa análise.

Ampliação do Sistema Penitenciário Estadual

Nos últimos 15 anos houve no país um aumento significativo do número de presos, em 1995 eram 148 mil, e, em 2007 passa a 419 mil presos, representando um crescimento relativo de 183,1%. Se convertermos esse número em taxas verifica-se em 1995 uma taxa de 95,0 presos para cada grupo de 100 mil habitantes e, em 2007 taxa de 227,0 (DEPEN, 2010). Com esses números o Brasil possui a oitava maior população prisional do mundo. (INFOSEG, 2010).

Em 2009 haviam 35.121 pessoas retidas no sistema prisional de Minas Gerais, referente a uma taxa de 231, 4 presos por grupos de 100 mil habitantes. Essa população

prisional era constituída de 93,5% de homens e 6,5% de mulheres. Deste total, 31,6% são categorizados como pessoas brancas, 21,8% negras, 44,2% pardas, 1,9 amarelas e 3,7% de outras cores. Quanto ao grau de instrução 72,8% tinham estudado até o ensino fundamental incompleto, apenas 03,6% tinham ensino superior completo ou pós-graduação e, quanto à idade 59,6% do total de presos tinham entre 18 e 29 anos. Esses dados mostram um viés na capacidade punitiva do sistema de justiça, percebido pelo perfil dos presos, punindo mais os tipos de crimes cometidos pelos membros das classes sociais mais baixas. Além disso, o dado também não esclarece se os presos com idade superior a 30 anos cometeram ou não seus crimes ainda jovens (DEPEN, 2010). Apesar disso, mostra que a proporção de jovens presos é alta (59,6%), bem como a de pessoas do sexo masculino (93,5%) e também a de presos com baixo nível de escolaridade (72,8%),

Vale ressaltar que esse dado não também retrata precisamente a participação juvenil em atividades criminosas, ao não incluir os casos cometidos por jovens com idade entre 15 e 21 anos que estão cumprindo medidas socioeducativas e não revela a proporção de homicídios cometidos pelas pessoas jovens ou não.

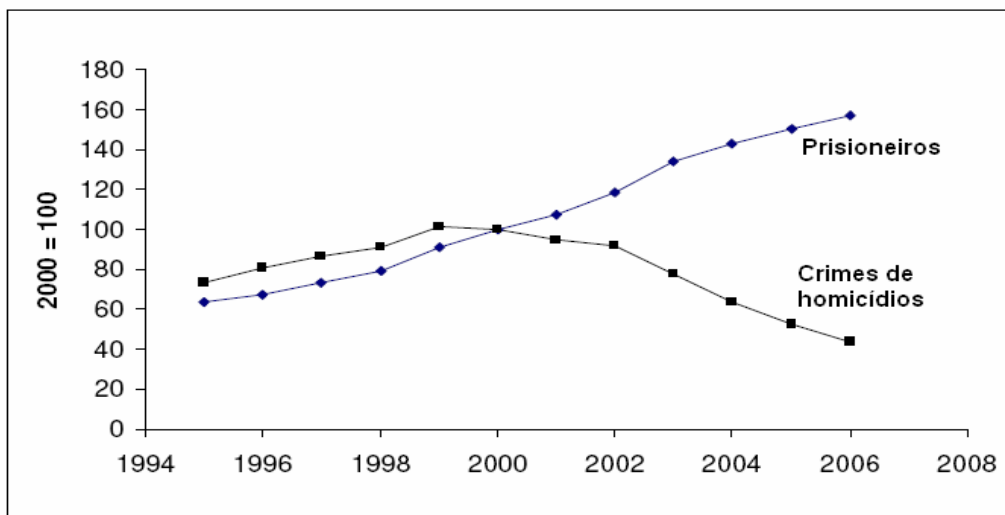
Do total de 3.095 presos devido ao cometimento de crime contra a pessoa, 3016 (97,4%) dos casos se tratava de homicídios, 573 casos Simples e 2.443 Qualificados. A proporção de homicídios em relação à população prisional não é possível de ser calculada devido o fato de os dados do Depen não especifica a quantidade de homicídio cometido para cada preso (DEPEN, 2010).

Percebemos que os investimentos na ampliação do número de vagas prisionais têm forte relação tanto com o aumento da criminalidade e com os problemas gerados pela superlotação de cadeias. Entretanto, a ampliação das vagas prisionais representa um investimento elevado e implica também no aumento dos custos públicos para a manutenção dessa estrutura. Em Minas Gerais, por exemplo, cada preso representa um custo médio mensal de R\$ 1.700,00, ou seja, a política prisional provoca um ônus elevado para a sociedade, explicitando a necessidade de ampliação da oferta de penas alternativas (INFOSEG, 2010).

A política de encarceramento, ao retirar do convívio social os indivíduos “perigosos”, pode produzir um efeito de arrefecimento, em curto prazo, da criminalidade violenta. Uma hipótese levantada por Goertzel e Kahn (2007) é que o fortalecimento do sistema prisional e penitenciário contribui para o declínio das taxas de homicídio, pois

expressa a qualidade da ação repressiva policial à medida que cresce o número de prisões como o autor apresenta para o estado de São Paulo através do gráfico seguinte.

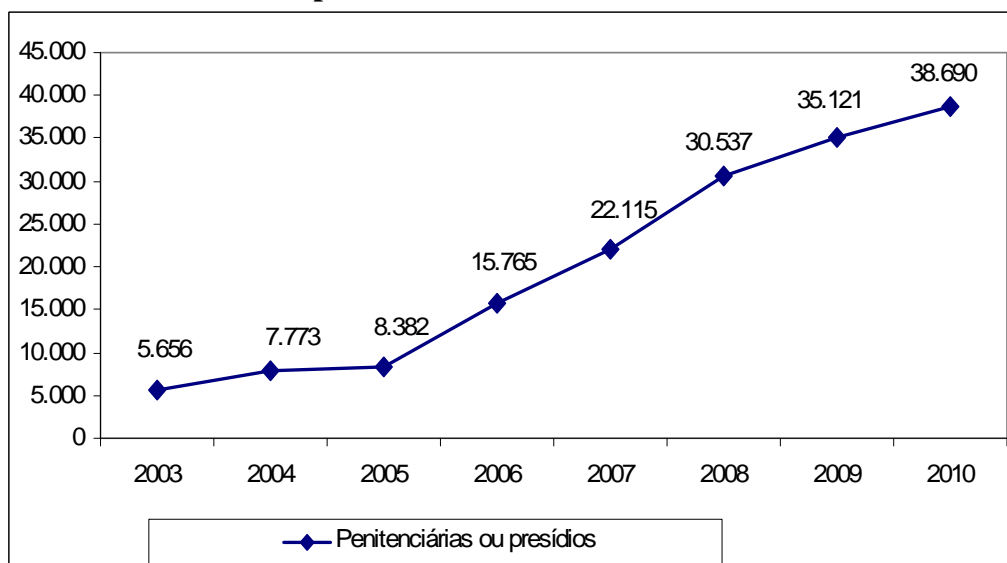
Gráfico 6
Prisioneiro e crimes de Homicídios no estado de São Paulo 1994 - 2008.



Fonte: Goertzel e Kuhn (2007): *The Great São Paulo Homicide Drop*.

A seguir o gráfico representa a ampliação do número de pessoas presas no sistema prisional de Minas Gerais nos últimos sete anos.

Gráfico 7 – Número de presos no Sistema Prisional – Minas Gerais



Fonte: DEPEN (2010).

Em 2003 como mostra acima, havia 5.666 presos no sistema prisional estadual, já em abril de 2010, eram 38.690 pessoas, houve um aumento superior a 300,0% no número de vagas (DEPEN, 2010). Com isso diminuiu-se em 42,7% o total de condenados encarcerados em cadeias e delegacias de polícia.

Devido aos problemas de superlotações nas cadeias e delegacias, a ampliação do sistema prisional constituiu uma medida necessária para possibilitar uma acomodação e um tratamento com mínimo de dignidade necessária à reintegração social dos condenados. Apesar disso, em São Paulo e em Minas Gerais, a ampliação do sistema prisional aponta para a natureza mais repressiva da política de combate à criminalidade. Goertzel e Kuhn (2007) colocam que a diminuição da criminalidade depende também do sucesso das ações policiais, ou seja, de investimentos nas polícias tanto na estrutura como no efetivo. Em Minas Gerais a ampliação do sistema prisional acompanha investimentos e aumento do efetivo policial, por exemplo, em 2003 eram 36.768 policiais militares e a previsão para 2010 fica em torno de 50.000 (SEDS, 2010). Não vamos adentrar sobre a modernização das policias em Minas Gerais, mas as políticas de integração entre civis e militares, a oferta de qualificação, infra-estrutura e melhorias salariais observadas nos últimos anos reforçam, sem dúvida, as expectativas sobre os resultados dessas práticas sobre a criminalidade.

O sucesso das políticas centradas na repressão é bastante questionável, pois, além do problema da reincidência, o crime não é tratado como algo possível de ser evitado, são ainda bastante onerosas para a sociedade. Contudo, é provável que a política de repressão leve a um arrefecimento na criminalidade, mas é temporário se não houver com a mesma intensidade esforços voltados para a prevenção do crime em geral e principalmente do homicídio.

Metropolização do homicídio

Uma perspectiva relevante para a compreensão da criminalidade e que tem sido timidamente abordada pela literatura especializada constitui sua dimensão metropolitana propriamente dita, partindo da forma como os municípios metropolitanos relacionam-se entre si e, principalmente, com o município pólo¹².

¹² Para mais informações sobre metropolização e homicídios ver: Andrade e Marinho (2010) *A metropolização da violência letal na RMBH*

No caso da análise das taxas de homicídios da RMBH a partir de seu contexto metropolitano, ou seja, dos 34 municípios que conformam um universo extremamente diversificado, utilizamos aqui como forma de agregação o *grau de integração à dinâmica metropolitana*¹³ Diniz e Andrade (2008), conforme se pode ver no Quadro 1 com os dados de 2007. As taxas mais altas encontram-se nos municípios com muito alta integração, seguidos pelo município pólo, depois pela alta, média, baixa e muito baixa integração. Ou seja, constatamos uma relação positiva entre integração à dinâmica metropolitana e a incidência de homicídios.¹⁴

¹³ Esse indicador foi elaborado pelo estudo *Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias* (Observatório das Metrópoles, 2004) que hierarquizou os municípios metropolitanos brasileiros segundo sua integração à dinâmica metropolitana. Como resultado obteve-se seis graus de hierarquia. Excetuando-se o município pólo, esses graus vão de muito alta a muito baixa integração. A partir da integração baixa (inclusive) os municípios não seriam, segundo esse estudo, considerados como metropolitanos. Os indicadores utilizados foram: densidade demográfica, taxa média de crescimento populacional 1991-2000, contingente e proporção de pessoas que realizam movimento pendular, proporção de empregos agrícolas e não agrícolas e a presença de funções específicas à circulação de pessoas e mercadorias como a localização de portos e aeroportos e a capacidade de geração de renda pela economia local (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004).

¹⁴ O artigo citado abordou, para o ano de 2003, os crimes violentos contra o patrimônio e contra a pessoa. Os primeiros seguem exatamente a hierarquia do grau de integração à dinâmica metropolitana com taxas mais altas no município pólo e mais baixas nos municípios com muito baixa integração. Já os crimes contra a pessoa, como no Quadro 1 dos homicídios, inverte a hierarquia em relação ao primeiro lugar, ocupado pelos municípios com muito alta integração, em vez do pólo.

Quadro 1 - Taxas de homicídios da população total residente por grau de integração metropolitana dos municípios da RMBH - 2007

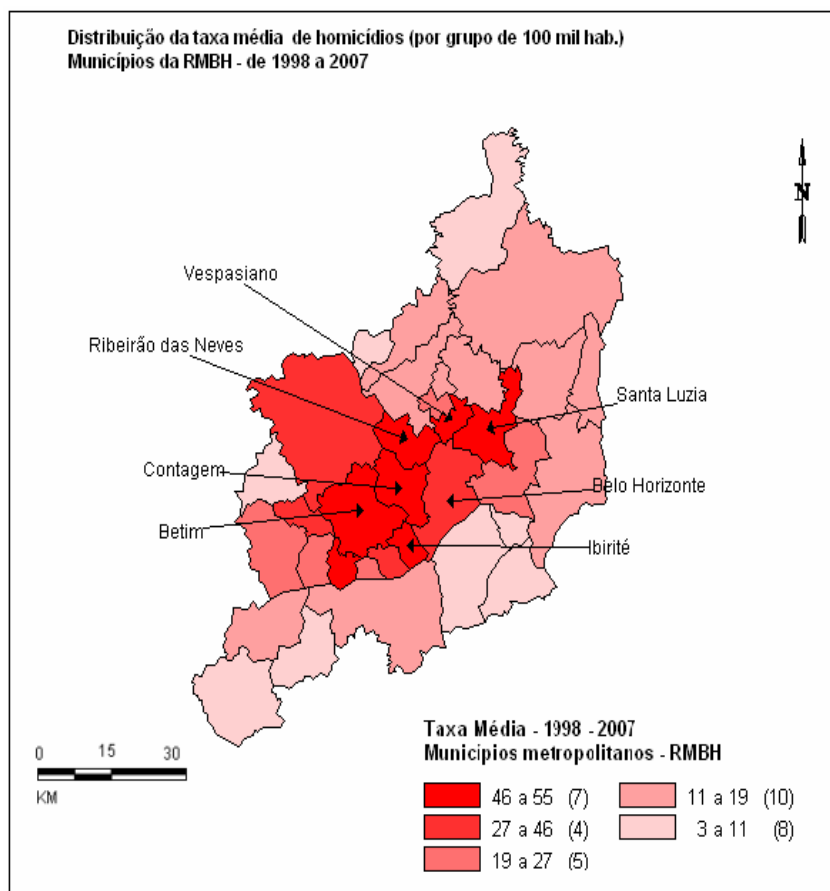
GRAU DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	TAXA DE HOMICÍDIOS
Pólo	Belo Horizonte	43
Muito Alta	Betim, Contagem, Ibirité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano	49
Alta	Confins, Esmeraldas, Mário Campos Sabará, Sarzedo, São José da Lapa	33
Média	Caeté, Capim Branco, Igarapé, Juatuba, Lagoa Santa, Matozinhos, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, São Joaquim de Bicas	26
Baixa	Brumadinho, Itaguara, Itatiaiuçu, Mateus Leme, Rio Acima	12
Muito Baixa	Baldim, Florestal, Jaboticatubas, Nova União, Rio Manso, Taquaraçu de Minas	9

Fontes: SIM/MS, 2010. Elaboração: Observatório das Metrôpoles/ INCT-CNPq.

A taxa dos municípios com muito alta integração é mais que o quádruplo da taxa dos municípios com muito baixa integração. E, sendo esses municípios pouco populosos, quando se calcula a taxa geral da RMBH, fica clara a influência de Belo Horizonte, mas também dos municípios com muito alta integração que, como se mostrará a seguir, são também os mais populosos. Em 2007 a taxa de homicídios da RMBH por 100 mil habitantes foi de 42,7 e a de Belo Horizonte 43 e dos municípios com muito alta integração 49. No o mapa¹⁵ seguinte visualiza-se os municípios com maiores taxas e grau de integração.

¹⁵ Os municípios de São Joaquim de Bicas (ao sul de Betim) e Sarzedo (sudoeste de Ibirité), ambos destacados de cor vermelha intensa e sem identificação no mapa, fazem parte dos municípios metropolitanos com população muito pequena, de modo que qualquer elevação no número de homicídios (flutuações aleatórias) afeta significativamente o valor da taxa (CASTRO, *et al*, 2004). Em função disso, não são contemplados na análise apresentada.

Mapa 3



Fontes: SIM/MS, 2010. Elaboração: Observatório das Metrópoles/ INCT-CNPq

Uma característica intrínseca ao crime letal, ou seja, um padrão de ocorrência verificado é a proximidade geográfica entre autor e vítima (BEATO, 2003). Assim, utilizamos os dados de registros de *óbito por município de residência da vítima* para produção das taxas de homicídio. As taxas são úteis para mensurar o risco ou a probabilidade de vitimização em cada um desses municípios ou áreas geográficas como a agregação destes ou da RMBH por grupos de 100 mil habitantes. No entanto, ao analisarmos os homicídios sob o foco metropolitano, também é relevante o levantamento dos dados pelo município no qual ocorre o desfecho do crime, ou seja, *por município de ocorrência do óbito*. As tabelas seguintes, 1 e 2 mostram os registros de homicídios por município de residência da vítima (Tabela 1) e por município de ocorrência do óbito (Tabela 2).

Tabela 1

Taxas de homicídios por grupos de 100 mil hab. / por município de residência RMBH 1998– 2007										
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Belo Horizonte	30,4	22,7	28,2	30,0	33,9	48,0	52,3	45,3	40,6	43,2
Betim	34,7	28,9	44,0	31,3	32,5	64,9	75,2	70,5	63,6	54,7
Contagem	29,4	21,7	36,4	43,6	55,0	62,6	71,3	60,3	51,2	49,6
Ibirité	41,9	35,9	33,1	59,4	51,2	58,7	63,7	66,9	57,3	44,0
Ribeirão das Neves	30,0	24,1	36,5	37,4	64,4	74,7	89,0	70,3	64,7	46,0
Santa Luzia	32,2	17,6	31,9	36,2	51,3	79,7	77,5	58,3	57,8	43,6
Vespasiano	38,3	29,0	34,0	54,4	64,3	65,7	84,1	57,3	59,5	52,7
Taxa dos 7 municípios acima	31,2	23,5	31,7	34,4	41,1	55,9	62,2	53,5	48,2	45,7
Taxa da RMBH	28,9	21,4	28,5	31	37,6	50,7	56,7	48,8	44,7	42,7

Fontes: SIM/MS, 2010. Elaboração: Observatório das Metrôpoles/ INCT-CNPq.

Tabela 2

Taxas de homicídios por grupos de 100 mil hab. / por município de ocorrência RMBH 1998– 2007										
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Belo Horizonte	34,5	26,9	34,8	35,0	42,9	57,6	64,7	54,4	49,0	49,5
Betim	35,6	26,5	38,2	36,8	32,2	72,3	84,6	75,8	70,0	57,8
Contagem	28,8	24,2	38,8	41,6	51,7	58,2	65,2	60,5	49,9	49,2
Ibirité	43,1	26,3	15,8	48,0	46,3	46,7	51,5	49,0	53,6	28,9
Ribeirão das Neves	16,5	12,5	17,4	25,5	55,1	54,9	63,8	54,6	51,1	35,6
Santa Luzia	25,4	9,7	16,2	29,9	42,6	58,2	62,3	44,8	46,4	37,3
Vespasiano	21,3	15,3	14,4	32,7	31,6	42,3	43,2	35,0	31,8	28,8
Taxa dos 7 municípios acima	32,3	24,5	32,5	35,6	43,9	58,1	65,4	56,2	50,9	47,2
Taxa da RMBH	29,4	21,8	28,8	31,8	39,5	51,7	58,7	50,7	46,4	43,9

Fontes: SIM/MS, 2010. Elaboração: Observatório das Metrôpoles/ INCT-CNPq.

Ao comparar as duas tabelas (1 e 2), vê-se que em Belo Horizonte as taxas calculadas por município de ocorrência são superiores às por município de residência em todo o período. Algo semelhante ocorre em Betim a partir de 2003. Já em Contagem a tendência é de se igualar no final do período. Nos demais municípios a taxa por município de ocorrência é praticamente inferior em todo o período de tempo considerado. Evidencia-se neste caso, uma dimensão metropolitana do fenômeno à medida que o pólo

e os municípios maiores e que concentram mais serviços hospitalares e de saúde (Contagem e Betim) atraem as vítimas cuja agressão pode ter ocorrido em outro município, o de residência, provavelmente. Há, portanto, um deslocamento dos óbitos dos municípios periféricos, cuja infra-estrutura médica é menor em direção ao pólo, ou seja, um movimento de polarização tipicamente metropolitano. O mesmo parece não interferir tanto no dado de Contagem e de Betim, pois, nestes municípios dotados de maior infra-estrutura médica, é bem provável que as vítimas de agressões, que posteriormente venham a falecer, sejam atendidas no próprio município no qual sofreram o crime.

Enfim, concentração metropolitana do homicídio percebida na RMBH evidencia a urgência do reconhecimento da dimensão metropolitana do problema e a necessidade de se pensar as políticas de segurança pública sob essa dimensão.

Considerações Finais

De 2006 a 2007 observa-se um novo crescimento da taxa de homicídios em Belo Horizonte que passou de (números absolutos) e de 40,6 para 43,2 por grupo de 100 mil habitantes. Ainda que esses dados não devam ser interpretados como indicando uma nova tendência, pois afinal referem-se apenas a um ano, eles no entanto fragilizam a tese da queda e da estabilização. Em relação a esta última outra cautela recomendada é a observância dos patamares das taxas que são ainda muito elevados. Esse dado preocupa à medida que antes do crescimento verificado entre 1998 a 2004, a taxa de Belo Horizonte era superior ao conjunto regional metropolitano como se vê também em 2007, ou seja, ela pode impulsionar a taxa metropolitana como no período anterior.

As oscilações observadas na taxa, em todo o período observado, apesar dos altos e baixos tenderam mais ao crescimento, elevando drasticamente os casos de homicídios na Região Metropolitana. Em nível municipal essa elevação foi mais expressiva no município pólo e também nos municípios com alto grau de integração à dinâmica metropolitana, mostrados anteriormente. Apesar de não podermos precisar o peso particular de cada um dos fatores apresentados ao longo do artigo, é explícito o quanto os jovens estão expostos e vulneráveis à violência de um modo geral. Essa constatação permite afirmar sobre a carência de políticas preventivas, comparado aos grandes

investimentos nas políticas repressivas como mostramos, e da importância de ações direcionadas ao público jovem mais vulnerável ao homicídio como o “Fica Vivo”.

Ouro dado que a nosso ver merece mais investigação é como a dinâmica metropolitana influencia nos homicídios. Apesar do tão propalado movimento de desconcentração da criminalidade e dos homicídios, o que se observa para a RMBH é que as taxas metropolitanas são muito altas e estão muito concentradas nos municípios ao mesmo tempo conurbados e mais integrados ao município pólo. E, se na última década assistiu-se a um reforço das políticas municipais de segurança, a dimensão metropolitana da criminalidade deveria suscitar um debate sobre a necessidade de uma reflexão sobre políticas públicas de segurança de caráter metropolitano.

REFERÊNCIAS

AIDAR, Tirza. *A face perversa da cidade: configuração sócio-espacial das mortes violentas em Campinas nos anos 90* / Tirza Aidar - Campinas: Núcleo de Estudos de População / UNICAMP, nov.2003.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; DINIZ, Alexandre M. A. Metropolização e Crimes Violentos na RMBH e em seu Colar. In: *Metrópole: Território, Desigualdade e Política. O caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. ANDRADE, L. Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; FARIA, Carlos Aurélio P. (Orgs). Belo Horizonte, Ed: PUC Minas, 444p; p.181 – 212.

ANDRADE, Luciana T. e MARINHO, Marco A. Couto. A metropolização da violência letal na RMBH. In: SEMINÁRIO NACIONAL GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO. Observatório das Metrôpoles e Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais do Dep. de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal – RN, Brasil. 2010.

BEATO, Cláudio F. Projeto Fica Vivo em Belo Horizonte. In: VELOSO, F; FERREIRA, Sérgio, G. *É possível gestão da Segurança Pública e Redução da Violência*. Rio de Janeiro: Contra Capa/ Instituto de Estudos de Política Econômica, Casa das Garças, 2008. Cap.2. p. 137-166.

BEATO, C. et al. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. *Cad. Saúde Pública*, vol.17 no.5. Rio de Janeiro Sept./Oct. 2001.

BEATO, Cláudio F; MARINHO, Frederico Couto. Padrões Regionais do Homicídio no Brasil. In: CRUZ, M. V. Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (Org.) *Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, p.141-176, 2007.

BEATO, Cláudio F. PEIXOTO, Betânia Totino e ANDRADE, Mônica Viegas Crime, oportunidade e vitimização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.19, n.55/junho de 2004. Disponível em: < www.crisp.ufmg.br > . Acesso em 10 abr. 2010.

CANO, Ignácio e SANTOS, Nilton. *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2001.

CASTRO, Mônica Silva M., ASSUNÇÃO, Renato M. e DURANTE, Marcelo Ottoni (2002). Comparação de dados sobre homicídios entre dois sistemas de informação, Minas Gerais. Ver. *Saúde Pública*, 2003; 37 (2): p. 168-76.

CASTRO, M; Et al. Regionalização como estratégia para a definição de políticas públicas de controle de homicídios. *Cadernos de Saúde Pública*. Fio Cruz: Rio de Janeiro, 2004, vol 20 (5): 1269-1280.

DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. Disponível em: < <http://portal.mj.gov.br/depen/data/Pages/MJD574E9CEITEMID364AC56ADE924046B46C6B9CC447B586PTBRIE.htm> > . Acesso em: 12 abr. 2010.

DINIZ, Alexandre M. A; ANDRADE, Luciana Teixeira de. Metropolização e Crimes Violentos na RMBH e em seu Colar. In: ANDRADE, L. Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; FARIA, Carlos Aurélio P. (Org.). *Metrópole: território, sociedade e política*. O caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: PUC Minas, 2008. p.181-212.

FREIRE, Flávio H. M. de A; SILVA, Lariça Emiliano da. *Aspectos da Criminalidade Violenta em duas Regiões Metropolitanas do Nordeste: Natal e Recife*. In: SEMINÁRIO NACIONAL GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO. Observatório das Metrôpoles e Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais do Dep. de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal – RN, Brasil. 2010.

GALVÃO, Márcio. *O Referendo do Desarmamento: Um Estudo da Campanha do Desarmamento e de Medidas de Segurança Públicas Direcionadas*. (TCC – Especialização), Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 2009.

GOERTZEL, Ted; KUHN, T. *The Great São Paulo Homicide Drop*. In: Homicide Studies 2009 SAGE Publications Reprints and permission: <http://www.sagepub.com/journalsPermissions.nav>. DOI: 10.1177/1088767909348711 <http://hs.sagepub.com>.

GUATTARI, Felix. Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade. In: *Espaço e Debates*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano V, 1985, pp. 109-120

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < www.ibge.gov.br > . Acesso em: 12 abr. 2010.

INFOSEG. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Destaques. Disponível em: < www.infoseg.gov.br/.../brasil-e-oitavo-do-mundo-em-populacao-de-detentos - . Acesso em: 14, set. 2010.

MAPA DA VIOLÊNCIA - 2010. Disponível em: < www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia >. Acesso em: 02 fev.2010.

MARINHO, Marco A. Couto. *PROGRAMA VILA VIVA: Favela, Urbanização e Segurança Pública – Estudo de caso do Aglomerado da Serra de Belo Horizonte/ MG. (TCC – Especialização)*, Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 2009.

MOURA...[et al]. Hierarquização e Identificação dos Espaços urbanos. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). *Hierarquização e Identificação dos Espaços urbanos* Observatório das Metrópoles: Rio de Janeiro: Letra Capital , 2009.

NASCIMENTO, Luís Felipe Zilli. *Violência e criminalidade em vilas e favelas dos grandes centros urbanos um estudo de caso da Pedreira Prado Lopes*. 2004. 233f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias*, 2004. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf. Acesso em março 2010.

PERES, M. F. Tourinho (Coord). *Violência por armas de fogo no Brasil. Relatório Nacional*. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. 2005.

PHEBO, Luciana. Impacto da arma de fogo na saúde da população no Brasil. In: FERNANDES, Rubens, Cesar. *Brasil: as armas e as vítimas*. Rio de Janeiro: Letras, 2005. p. 9 – 36.

SAPORI, Luís, Flávio (Coord.). *Os impactos do crack na saúde pública e na segurança pública*. Centro de Pesquisas em Segurança Pública da PUC Minas. Belo Horizonte – MG, 2010.

SEDS/MG. Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. *Sistema Prisional*. Disponível em: < http://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=341&Itemid=165 >. Acesso em: 18 abr. 2010.

SILVEIRA, Andréa et, al. Impacto do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte. In: *Rev. Saúde Pública* 2010; 44(3):496-502.

SIM/MS. *Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde*. Disponível em < <http://portal.saude.gov.br> >. Acesso em: setembro – 06 abr. 2010.

SOARES, Gláucio Ary. D. *Não matará*s: desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

SOARES FILHO, AM *et. al.* Análise da mortalidade por homicídios no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*. 16(1): 7 – 18, 2007. Disponível em: < http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742007000100002&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 08 abr. 2010.

ZIMRING, F. *The great American crime decline*. New York: Oxford, (2007).